

Comentário I

Celeste Zenha

Departamento de História, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio de
Janeiro

○ indiscutível sucesso atingido pela série *A história da vida privada* espelha a relevância e a atualidade das questões ali debatidas, bem como justifica o cuidadoso estudo desenvolvido pelo professor Ronaldo Vainfas, conhecido no meio historiográfico por seus trabalhos referentes à Época Moderna. Mais que compreender o êxito mercadológico dos cinco volumes já traduzidos em diversos idiomas, Vainfas procura elucidar alguma das relações possíveis entre vários territórios pelos quais vem avançando o conhecimento histórico, particularmente entre aqueles mais visitados pelos historiadores especialistas nos períodos posteriores aos séculos XV e XVI. Através de uma análise vertical da obra, Ronaldo associa alguns campos da história indicando os limites e as interceções possíveis. Demonstrando um inequívoco domínio da historiografia, o texto refere-se a algumas das trajetórias dos mais renomados autores presentes na obra analisada. Recorrendo a trabalhos anteriores, Vainfas procurou marcar filiações teórico-metodológicas, distinguir objetos de estudos e principalmente, levantar alguns questionamentos decorrentes das reflexões apresentadas na coleção, inclusive os de "ordem ética e filosófica". Conseqüentemente, o texto deve ser colocado no rol daquelas leituras extremamente fecundas, menos pelas certezas professadas do que pelas inquietações sugeridas. E, nesse sentido aproxima-se daquele de autoria de Le Goff sobre a História das Mentalidades publicado na coletânea *História: novos problemas, objetos e abordagens* (1976). Assim, os comentários que se seguem partilham dessa mesma postura intelectual dando continuidade a algumas das

discussões iniciadas por Ronaldo, que não teve por objetivo tratá-las de maneira exaustiva, mas fundamentalmente polêmica, de acordo com sua própria advertência.

Vida privada: objeto, conceito ou problemática?

A expressão *vida privada* pode ser tratada como um conceito?

No prefácio do primeiro volume, Duby apresenta sumariamente a proposta da coletânea, ou melhor, um "programa de pesquisas" freqüentado mais "por perguntas do que por respostas". O autor menciona a *aplicação do conceito de vida privada num período relativo a mais de dois milênios*. Mas Duby adverte que esse conceito, sob a forma pela qual o conhecemos, realmente só adquiriu consistência em tempos bem recentes, no século XIX, em algumas regiões da Europa (Duby 1992).

De acordo com Certeau toda história é conceitual e nenhum texto historiográfico pode prescindir de uma teoria que informe a sua construção. Com a mesma perspectiva Paul Veyne, em 1976, na sua aula inaugural no Collège de France advertia:

"... os fatos não existem; isto é, existem apenas sob o conceito que os informa. Ou, se preferirem, a História existe apenas em relação às questões que nós lhe formulamos. Materialmente, a História é escrita com fatos; formalmente, com problemas e conceitos" (Veyne 1983: 6).

Que são conceitos? Palavras especiais que ganham determinado sentido, de acordo com o discurso ao qual se integram. Abstrações que podem ser convertidas em variáveis de uma equação ou ainda podem ser utilizadas como ferramentas menos precisas, e nem por isso menos úteis. Categorias regidas por normas discursivas, emitidas por determinados lugares de sujeito, e que transitam por certos dispositivos de poder.

É certo que, ao invés de atávicas camisas-de-força, esses instrumentos de pensar resultantes de operações lógicas e racionais, devem atuar como auxiliares eficazes no trabalho de construção do discurso histórico. E, para além de perceber sentidos e empregos falsos ou errados, o historiador deve deixar aflorar uma multiplicidade de sentidos historicamente contextualizados e possíveis.

Sem dúvida alguma, o emprego dessas categorias lógicas como universais desprovidos de historicidade, como se possuíssem uma validade atemporal, uma capacidade de espelhar algumas das qualidades inerentes à *Humanidade*, mostra-se pouco adequado ao trabalho do historiador. Claramente, esse procedimento não foi utilizado por nenhum dos autores da coleção.

Duby indica a seguinte premissa que teria servido de ponto de partida para os trabalhos desenvolvidos:

"...sempre e por toda a parte, exprimiu-se no vocabulário o contraste, claramente detectado pelo senso comum que opõe o privado ao público, aberto à comunidade do povo submetido à autoridade de seus magistrados. De que uma área particular, claramente delimitada, é atribuída a essa parte da existência que todas as línguas denominam privada, uma zona de imunidade oferecida ao recolhimento" (Duby 1992: 10).

No entanto, o medievalista indica que seu objetivo é avaliar as *mudanças que teriam ocorrido na noção e nos aspectos da vida privada* até a demolição das últimas muralhas, fenômeno ocasionado pelo processo técnico a serviço do poder estatal.

Sem dúvida é possível estabelecer uma articulação entre conceitos e objetos de estudo.

Em alguns casos, o conceito pode constituir-se no objeto de pesquisa. Determinados trabalhos, dentre os quais *As palavras e as coisas* (Foucault 1982) e *O normal e o patológico* (Canguilhem 1982), foram dedicados à história da construção desses acontecimentos discursivos identificando temporal e topologicamente a emergência histórica dos mesmos.

Por outras vezes, conceitos são utilizados como ferramentas que possibilitam o estabelecimento de uma problemática e, através do desenvolvimento da investigação é que se delinea o objeto central da análise.

Nessa perspectiva, Thompson, quando da elaboração do seu *The making of English working class*, utiliza-se de um conceito de classe para definir o seu objeto de pesquisa – a classe operária – percebido como um *evento histórico*.

Mas, se muitos historiadores relutam em utilizar a nomenclatura *classe operária* e, até mesmo o conceito de classe para períodos mais recuados da história, é sempre possível falar de trabalhadores. Pois os homens de alguma maneira sempre trabalharam embora, nem sempre, tenha existido um grupo que detenha o monopólio dessa atividade. Seja como for, o simples emprego de uma nomenclatura historicamente mais adequada não soluciona todos os problemas. Utilizar as palavras *servo* ou *escravo* não implica em êxito da análise, salvo quando tais vocábulos vêm acompanhados de definições claras e pertinentes ao desenvolvimento do estudo.

Os limites da aproximação com outras sociedades são sentidos na diferença explicitada nos idiomas que se enfrentam. O historiador está sempre “traduzindo” termos, vocábulos. Em alguns casos ele opta por manter o termo na língua e, eventualmente, na grafia originais com o intuito de sublinhar o prejuízo que a tradução ocasionaria. Mas, obviamente, tal procedimento só tem se mostrado válido quando acompanhado das análises dos empregos e dos sentidos daquele vocábulo num determinado período da história. Além da emergência de um vocábulo e da sua utilização num determinado discurso, os seus correspondentes efeitos na maneira de ser, agir, pensar e sentir em determinadas populações, também podem ser estudados. Como, por quem, com que objetivo, com que sucesso tais palavras foram empregadas? Quais os limites do seu uso? Um trabalho de aproximação, um exercício de alteridade: tais os movimentos do historiador. Uma empreitada que só pode ser bem sucedida quando se tem clara a distância que nos separa de outras temporalidades e de outras culturas. Em alguns casos, essa distância não impede que o que foi duro no que é. Ou seja, que o passado se atualize quotidianamente em condutas, valores morais, preferências e projetos de futuro.

No que se refere à coleção organizada por Duby e Ariès, alguns desses procedimentos podem ser identificados. Nesse caso, ao invés da utilização de um conceito talvez fosse melhor falar no privilégio de uma problemática centrada na

tensão entre o poder político institucional e o particular, no estabelecimento dos limites entre essas duas dimensões da existência humana, bem como nas relações e nas mudanças que ocorreram em cada uma dessas duas esferas. Uma questão relativa ao mundo contemporâneo, cuja resposta foi buscada no processo de fortalecimento do estado e suas conseqüentes intrusões na vida privada (Duby 1992: 11). Problemática não tão original, como advertiu Vainfas, enfrentada por Elias no final da terceira década deste século, Hannah Arendt em 1958 (apoiada nos trabalhos de Vernant sobre a Grécia antiga), mais recentemente por Ariès e em 1974 por Sennett. Sobre tais estudos seria absurdo buscar uma univocidade tanto no que se refere às respostas apresentadas, quanto às opções teóricas e metodológicas que fundamentam a escolha dos objetos eleitos para as análises desenvolvidas nos artigos acima referidos. Se a *vida privada* e sua relação com a *vida pública* constituiu-se num porto de onde muitos partiram para suas empreitadas, incluindo os integrantes da série aqui referida, ela deve ser percebida como local de zarpada para onde muitos não retornaram. Convergência de indagações, mas de muito pouco consenso.

Territórios multifacetados ao invés de pulverizados

Vainfas refere-se à possibilidade de a *História da vida privada* ser identificada com um tipo de modelo de produção historiográfica – *pós-moderno*, inserido num contexto de crise dos vários racionalismos e que teria conduzido a uma visão pulverizada da realidade social. Sobre este comentário provocativo valeria a pena tecer algumas considerações.

A acusação de abandono do discurso racional articulado ao privilégio das explicações qualificadas como subjetivas auxilia muito pouco a compreensão do fenômeno denominado fragmentação da história.

Ao contrário do que algumas interpretações afirmaram, a historiografia mais recente, voltada para temas não totalizadores, não partiu a história em pedaços, comparáveis a migalhas, mas percebeu que o passado não existe morto em algum lugar inexpugnável, inacessível às pessoas comuns. Num mundo tão multifacetado, pleno de diversidades culturais, raciais, ideológicas, a busca de uma totalidade que possa ser sintetizada de forma precisa e eficiente apresenta-se ingênua. Neste final de milênio, as séries são construídas segundo as questões que se multiplicam ao infinito e essa multiplicação não deve ser confundida com divisão. Não se trata de um todo que se partiu em pequeníssimos pedaços, que de tão mínimos parecem incontáveis. Trata-se, pelo contrário, de uma ampliação das dimensões do universo e, concomitantemente, num exercício de humildade, da percepção da proporção da nossa existência, a qual se renova veloz e diversamente. A lição de que o conhecimento total é inatingível e, antes de tudo, insatisfatório e limitador, não implicou o abandono da razão como forma privilegiada de produção do conhecimento. Os instrumentos lógicos utilizados por essa historiografia não globalizante é cada vez mais sofisticado, e continuam absolutamente fundados em paradigmas racionais. A filosofia, por sua vez, ao invés de manter-se atolada na metafísica, historiciza-se e, conseqüentemente, atualiza-se. De que forma? Ampliando o conjunto das questões enfrentadas pelos filósofos, articulando o êxito de uns ao malogro de outros, produzindo

convergências de temporalidades distintas. Se o desejo de síntese e a visão linear do tempo vêm sendo vigorosamente combatidos, esse movimento se faz numa revalorização da história. Na tradição inaugurada pelos *Annales*, de um combate contra a história puramente descritiva e, no processo de superação de seus pais fundadores está o descrédito às grandes sínteses, sempre inacabadas e desapontadoras. No lugar de antigas ilusões uma proliferação de séries, nem sempre quantitativamente numerosas, que procuram responder às novas questões colocadas em pauta, aos infinitos problemas que emergem não somente desse presente, mas dos múltiplos passados que nos desafiam, incomodam e instigam quotidianamente. Quantos passados ainda não descobertos, ainda alijados dos discursos historiográficos, mas tão implacavelmente presentes e reais nas nossas angústias, nas nossas dúvidas e esperanças mais poderosas?

Uma parcela significativa de historiadores abandonou o desejo de síntese da realidade social como explicadora da dinâmica da realidade histórica. Concomitantemente, as teorias que pretendem revelar de forma exclusiva a verdade foram colocadas sob suspeita. Mas tais procedimentos se deram através de discursos racionais e verossímeis. E, se as reflexões de Nietzsche sobre o desejo de verdade foram parcialmente incorporadas em algumas produções historiográficas, seu efeito mais profícuo foi a politização da concepção de verdade, a percepção de que ela pode ser construída de uma maneira plural. Poderíamos dizer que a verdade democratizou-se. E aqui faz-se necessário explicitar o sentido escolhido para a palavra democracia. Aqui ela não se refere ao povo com direito à palavra, ou à tomada do poder pelo povo, mas ao direito da disputa plural pelo poder, à coexistência de idéias distintas que se contrapõem, no jogo discursivo onde interesses são defendidos e combatidos na arena que lhes é própria, com as armas previamente escolhidas e normas estabelecidas. Nesse embate, os oponentes têm clareza de que os seus discursos são humanos, por demasiado humanos, e que a vitória de um sobre o outro assegura um determinado tipo de relação de poder. A verdade produzida dessa maneira não tem origem metafísica ou supra-humana, pelo contrário, sua essência é eminentemente política.

Hoje o discurso denominado História não tem mais como tarefa privilegiada a eternização de determinados fatos ameaçados pelo véu do esquecimento. Mas muitos dos nossos colegas ainda pretendem descobrir um sentido da História. Tarefa perseguida por aqueles que estão em busca de um caminho seguro que os leve a algum paraíso perdido ou, no pior dos casos, prometido. Ainda existem outros historiadores que pretendem exumar os mortos para compreender o passado como ele realmente teria ocorrido. No entanto, determinadas obras têm produzido sentidos através da decifração de signos. Esses são reunidos em séries, arrancados de diversos passados que dessa forma se atualizam. Assim o discurso historiográfico pode se construir através do pensamento racional, utilizando-se de documentos recolhidos em arquivos e ordenados em séries de acordo com as questões colocadas em pauta. Nessa perspectiva, o discurso histórico assume um caráter explicativo e, não somente descritivo, testemunhal ou celebrativo. Nesse movimento, sentidos atribuídos a determinados acontecimentos são redimensionados e, alguns, utilizados sem questionamento e com grande freqüência, podem ser criticados.

○ conhecimento sobre um passado que dura torna possível criar sentidos inéditos quando se produz um estranhamento sobre aquilo que, aparentemente, era familiar e, então se torna objeto de análise, um problema, a partir do qual uma história é contada. Nesse exercício de alteridade os limites do pensável podem ser atingidos por meio de registros, repertórios e conceitos próprios de um campo específico. Nessa perspectiva os historiadores não buscam reviver o passado, nem podem limitar-se a descrevê-lo, tampouco transformá-lo numa variável que determina o futuro (à maneira dos oráculos gregos que descobriam no crime passado aquilo que permitia vislumbrar o futuro). A escrita desse tipo de História se faz através do estabelecimento de problemas para os quais os passados apresentam-se como possibilidades de estabelecimento de relações com diferenças que, por sua vez, guardam uma potência de inteligibilidade. Para que essa operação seja efetuada, o passado, que dura de forma descontínua, há que ser plural. Uma infinidade de passados vivos no nosso cotidiano, inúmeras Idades Médias que nos espreitam, nos ameaçam e nos culpabilizam tornam-se alvo de estudos. Também as lembranças que não têm referências cronológicas precisas estão localizadas nesse chão movediço que o historiador percorre e agita com cuidado, espanto, prazer e rigor.

Dessa maneira o historiador depara-se com outras possibilidades pouco freqüentadas, mas nem por isso menos potentes. Mantendo uma relação problemática com diversas temporalidades ele busca conhecer o que nos tornamos e procura nos nossos passados possibilidades de refazermos as escolhas de futuros.

Para além do privado, a intimidade e a individualidade

Alguns problemas colocados por historiadores são fecundos não tanto pelas soluções, mas pelo conjunto de novas questões que possibilitam. O estudo das relações entre os espaços público e privado articulou-se à história da construção do indivíduo na concepção moderna que esse termo adquiriu.

Após um longo processo de civilização, no qual aprendemos a nos comportar em público e a respeitar o "bem comum", para além do convívio familiar, hoje aprendemos a conviver com nós mesmos, com a nossa solidão e somos levados a acreditar que conhecendo o que há de mais íntimo, oculto e singular em nossa personalidade encontraremos a felicidade. Uma nova utopia: não basta conhecer as relações de poder que regem a sociedade, é preciso antes de tudo conhecer "isso" que está oculto dentro de nós mesmos, que nós desconhecemos, mas que explica tudo aquilo que faço, que sinto e que penso. Aprendemos a buscar internamente a razão de nossas angústias e, de nossas tristezas, bem como do nosso prazer e da nossa alegria. A vida social passou a ser vista com desprezo e desconfiança. Passamos a nos freqüentar e, de certa forma a nos satisfazermos com "isso". Essa espécie que se propagou de forma tão intensa, se *individualiza*, como um dia, há alguns séculos, *humanizou-se*.

Tal fenômeno histórico, converteu-se num problema enfrentado por intelectuais e historiadores. Assim, Sennett (1993: 413) refere-se a um processo de incivilização atualmente em curso. Para o autor, o "terreno público de significação impessoal e de ação impessoal começou a diminuir em favor dessa

“força misteriosa que era o eu” e que teria se convertido num princípio social, conquistando insidiosamente o campo da política. Nesse movimento, os assuntos públicos passam a ser tratados em termos de sentimentos pessoais, o “político” ganha credibilidade não pelos princípios e pelo programa que defende, mas pelo “homem que é”.

Partilhando de preocupações semelhantes, embora transitando por solos teóricos divergentes, outros autores vêm denunciando a rede de relações de poder onde tal individuação é forjada. Segundo Guattari, essa subjetividade individual, tão cara às pessoas nos dias atuais, resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas sociais, econômicas, tecnológicas, provenientes da mídia, etc. Por outro lado, esse autor refere-se a uma produção de singularizações quando ocorre uma reapropriação criativa dos componentes de subjetivação – uma possibilidade de enfrentamento dos instrumentos de construção social assumida e vivida pelos indivíduos nas suas existências particulares (Guattari & Rolnik 1986: 33).

Um outro viés da história da intimidade, bem diverso daquele presente na coleção *História da vida privada*, foi inaugurado por Theodore Zeldin. Seu inusitado objeto de análise são “os fantasmas familiares”, os quais podem nos infundir força, nos tornar obstinados, ou nos desestimular. A mente é definida por esse historiador como um “refúgio de idéias que datam de muitos e diferentes séculos, tal como as células do corpo têm idades diferentes, renovando-se ou decaindo em ritmos variáveis” (Zeldin 1996: 7). De acordo com Zeldin, a forma pela qual as pessoas consideram ou ignoram as experiências de gerações anteriores poderia explicar as peculiaridades dos indivíduos. Encarar os medos, as ameaças e as prisões mais íntimas, através da investigação histórica, tal a proposta desenvolvida por este historiador.

É possível perceber que o território da intimidade distinguido por Duby da esfera privada e, segundo Vainfas, presente na série por ele estudada, não pode ser identificado com a problemática da construção de uma intimidade subjetiva pautada na personalidade. Um domínio que vem ganhando contornos próprios e, que talvez em pouco tempo, venha merecer o mesmo tipo de atenção e lograr o mesmo êxito atingido pela História da Vida Privada.